



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 76/XII/ 1.ª SL

Aos 15 dias do mês de Junho de 2012, pelas 15:30 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 74/XII (relativa à reunião de 6 de junho de 2012)

2. Apreciação e votação do requerimento do PCP para audição do Ministro da Economia e do Emprego sobre a situação e medidas para o sector da construção civil.

3. Apreciação Parlamentar n.º 15/XII/1.ª (PS) - Decreto-Lei n.º 75/2012, de 26 de Março, que "Estabelece o regime de extinção das tarifas reguladas de venda de eletricidade a clientes finais com consumos em baixa tensão normal (BTN) e adota mecanismos de salvaguarda dos clientes finais economicamente vulneráveis" Apreciação e votação das propostas

4. Apreciação Parlamentar n.º 16/XII/1.ª (PS) - Decreto-Lei n.º 74/2012, de 26 de Março, que "Estabelece o regime de extinção das tarifas reguladas de venda de gás natural a clientes finais com consumos anuais inferiores ou iguais a 10 000 m³ e adota mecanismos de salvaguarda dos clientes finais economicamente vulneráveis" Apreciação e votação das propostas

5. Apresentação do Plano de Atividades do Grupo de Trabalho - Grande Distribuição e Produção Nacional.

6. Outros assuntos

Audição do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente do Conselho Executivo da Caixa Geral de Depósitos sobre a oferta pública de aquisição da Intercement sobre a CIMPOR na sequência do requerimento do PS



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 76/XII/ 1.ª SL

1. Apreciação e votação da ata n.º 74/XII (relativa à reunião de 6 de junho de 2012)

A ata n.º 74/XII referente à reunião de 6 de junho, foi aprovada por unanimidade, registando-se as ausências dos GP do BE e do PEV.

2. Apreciação e votação do requerimento do PCP para audição do Ministro da Economia e do Emprego sobre a situação e medidas para o sector da construção civil.

Em nome do GP requerente, o Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) explicou os motivos da apresentação do requerimento para uma audição do Senhor Ministro da Economia e do Emprego, designadamente debater a situação presente e as medidas previstas para o sector da construção civil, por considerar que o Governo não tem dado a resposta adequada face à dimensão e à gravidade da situação vivida pelo setor. Sobre o conteúdo do requerimento, pronunciou-se em seguida o Senhor Deputado Pedro Saraiva (PSD), para transmitir que o PSD tinha um entendimento diferente do do PCP, considerando ser desnecessário e desgastante exigir a presença do Senhor Ministro da Economia e do Emprego em duas audições em semanas consecutivas e para sugerir que em alternativa, na audição da próxima semana, os tempos de cada ronda fossem suficientemente amplos em, para permitir que a matéria relacionada com o sector da construção civil fosse analisado devidamente. A Senhora Deputada Ana Paula Vitorino (PS) usou da palavra para acompanhar, na linha que tem sido seguida pelo GP do PS com todas as propostas de audições nesta Comissão, tendo manifestado grande preocupação com a situação de desemprego que está a ser vivida no setor em apreço. Face à relevância da matéria, sugeriu como alternativa ao aumento dos tempos das três rondas de perguntas, uma quarta ronda específica para o tema da construção civil, a utilizar na próxima audição do MEE e do SEAEDR, de forma garantir um ponto de equilíbrio entre as propostas do PCP e do PSD e, ao mesmo tempo assegurar que a inquirição seja feita nos moldes adequados, alegando que a importância da matéria justificará o esforço adicional. O Senhor Deputado Pedro Saraiva voltou a pronunciar-se sobre a questão das grelhas de tempos da audição, sugerindo como alternativa a manutenção dos tempos regimentais em cada ronda,

COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 76/XII/ 1.ª SL

ainda que permitindo-se alguma tolerância na última ronda para permitir a abordagem da matéria objeto do requerimento do PCP.

O Senhor Presidente colocou à consideração dos Senhores Deputados as propostas avançadas e sugeriu que ponderassem em alternativa, a reformulação dos tempos da 3.ª ronda de perguntas, de forma a assegurar um total de 5 minutos por GP. O Senhor Deputado Helder Amaral (CDS-PP) foi de opinião que cada GP deveria assumir a sua posição através de votação e adiantou que o GP do CDS-PP iria votar contra o requerimento do PCP e a favor de uma terceira grelha de tempos ajustada, mas que nesse caso seria necessário equacionar mais tempo do que os 5 minutos por GP sugeridos pelo Senhor Presidente. O Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) assinalou que apenas nesta data tinha tomado conhecimento da confirmação da data da próxima audição regimental do MEE na Comissão (dia 20 de junho), considerou que a situação crítica na construção civil estava a ser subestimada e que a próxima audição regimental não bastaria para as questões que o PCP tinha que colocar. Requereu por isso, verbalmente, o agendamento protestativo de uma audição urgente do MEE. O Senhor Presidente solicitou que o pedido de agendamento protestativo fosse colocado por escrito, o que veio a acontecer no decurso da reunião e distribuído aos Senhores Deputados. Pelas razões anteriormente apontadas o primeiro requerimento do PCP não foi submetido a votação. O Senhor Presidente informou que iria providenciar a vinda urgente do Senhor Ministro da Economia e Emprego.

3., 4. e 5. - Atendendo a que o Presidente do Conselho de Administração e o Presidente do Conselho Executivo da Caixa Geral de Depósitos já aguardavam na AR o início da sua audição, por consenso, os pontos 3, 4 e 5 da OD foram adiados para a próxima reunião.

Audição do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente do Conselho Executivo da Caixa Geral de Depósitos sobre a oferta pública de aquisição da Intercement sobre a CIMPOR na sequência do requerimento do PS

O Senhor Presidente cumprimentou o Senhor Eng. Faria de Oliveira e Dr. José de Matos e informou-os que o requerimento apresentado pelo PS para esta audição tinha

COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 76/XII/ 1.ª SL

sido aprovado por unanimidade, não quanto ao seu teor, mas exclusivamente quanto à proposta de audição da CGD.

O Senhor Eng. Faria de Oliveira fez uma intervenção inicial acerca da oferta pública de aquisição da Intercement sobre a CIMPOR. Na primeira ronda de perguntas usou da palavra o Senhor Deputado Basílio Horta (PS) para em nome do GP requerente explicar as razões que estiveram na origem desta audição, colocar um conjunto de perguntas relacionadas com a decisão de venda dos ativos que a CGD detinha na CIMPOR e o eventual desmembramento da empresa e também para pedir esclarecimentos sobre possíveis contradições entre aquilo que foi afirmado pelo Presidente da CGD na primeira audição nesta Comissão e o teor do prospeto e, ainda, sobre o valor oferecido pela Camargo Correa. As respostas às questões levantadas pelo PS foram dadas pelos Senhores Presidente do Conselho de Administração e do Presidente do Conselho Executivo da Caixa Geral de Depósitos.

Em seguida, o Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) questionou os interlocutores sobre a estratégia de financiamento à economia real prosseguida pela CGD. Às questões colocadas, respondeu em primeiro lugar o Senhor Eng. Faria de Oliveira, tendo em seguida o Senhor Dr. José de Matos completado essas respostas.

O Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) considerou estar esclarecido com as explicações que foram fornecidas, mas frisou a existência de contradições com as afirmações feitas na anterior audição da CGD. Ainda assim, solicitou esclarecimentos sobre a relação entre a Tutela e a CGD no processo de venda da CIMPOR, e as possíveis orientações recebidas do Governo. O Senhor Dr. José de Matos prestou os devidos esclarecimentos.

Na segunda ronda de perguntas colocaram perguntas aos Administradores da CGD o Senhor Deputado Basílio Horta (PS), sobre a forma como o processo da CIMPOR foi conduzido, sobre a data de concretização da venda da posição da CGD à Camargo Correa e, ao concluir, dirigiu à CGD um último apelo para não vender os seus ativos na CIMPOR. O Senhor Deputado Nuno Matias (PSD), questionou os Administradores da CGD sobre os condicionalismos externos que foram impostos pelo Memorando de



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 76/XII/ 1.ª SL

Entendimento assinado com a Troika. O Senhor Deputado João Paulo Viegas (CDS-PP) considerou-se devidamente esclarecido sobre o assunto em apreço. O Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) voltou a insistir na resposta à questão que anteriormente colocara, sobre eventuais orientações recebidas da Tutela e sobre as opções de aplicação de capitais que foram tomadas pela CGD. As respostas às questões colocadas durante esta ronda foram dadas em conjunto, no final, por ambos os quadros diretivos da CGD.

Por consenso não houve lugar à terceira ronda de perguntas.

A audição foi gravada em sistema áudio e vídeo, tendo sido encerrada às 17:40 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 15 de Junho 2012.

O (A) PRESIDENTE

(LUÍS CAMPOS FERREIRA)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 76/XII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira
Agostinho Lopes
Ana Paula Vitorino
Carina Oliveira
Cláudia Monteiro de Aguiar
Duarte Cordeiro
Eduardo Teixeira
Fernando Serrasqueiro
Helder Amaral
Hortense Martins
João Paulo Viegas
Luís Campos Ferreira
Luís Leite Ramos
Luís Menezes
Nuno Filipe Matias
Paulo Ribeiro de Campos
Pedro Saraiva
Rui Paulo Figueiredo
Basílio Horta
Cristóvão Crespo

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Catarina Martins
Fernando Jesus
Heloísa Apolónia
Nuno Encarnação
Pedro Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: